



Índice

- 01** Acusado de matar cacique se entrega 12 anos após crime, diz MPF em MS
- 02** Justiça derruba liminar que parou obra em área sagrada para índios
- 03** Ação do MPF põe em xeque investimentos de R\$ 1,3 bi em São Francisco do Sul
- 04** Enxugando gelo
- 05** Falta de água afeta reserva com cerca de 17 mil indígenas em Dourados, MS
- 06** Nível do Rio Solimões já preocupa Defesa Civil
- 07** Homem envolvido na morte de cacique se entrega após 12 anos de fuga
- 08** Grupo da UFRJ que estuda migração populacional conhece Umuarama
- 09** Usina de beneficiamento de leite trará vida nova a produtores
- 10** Instalação sonora entra em cartaz e revisita línguas indígenas extintas da América Latina
- 11** Doação alivia falta de estrutura dos feirantes indígenas
- 12** Barracão multiuso beneficia aldeia indígena em Avaí
- 13** Emater quer melhorar infraestrutura em cinco aldeias da etnia Tembé
- 14** Quilombolas recebem autorização para explorar castanhais
- 15** Governador cria lei de igualdade racial para concursos públicos
- 16** Mercado Municipal em compasso de espera por obras



- 17 [Secretário e superintendente da FUNASA discutem convênio](#)
- 18 [No Acre, possível epidemia de Coqueluche matou 11 crianças indígenas em 2014](#)
- 19 [Quilombolas recebem autorização para explorar castanhais no Pará](#)
- 20 [Projeto São Francisco construirá casas para 98 famílias quilombolas em Pernambuco](#)
- 21 [União deve indenizar fazendeiros em terras com índios, diz Justiça](#)
- 22 [Depois da estagnação na reforma agrária, indicação de Kátia Abreu reforça opção do Governo Dilma pelo agronegócio. Entrevista especial com Gerson Teixeira](#)
- 23 [Indígena é aprovada para medicina em duas universidades federais](#)
- 24 [INSS realiza mais de 60 ações em aldeias indígenas em Roraima](#)
- 25 [Escritor lança livros sobre botocudos em Vitória, ES](#)
- 26 [Awá-Guajás fazem contato após ameaças de madeireiros, diz ONG](#)
- 27 [União deve indenizar fazendeiros por áreas ocupadas por índios em MS](#)
- 28 [UFGD abre processo seletivo para Licenciatura Indígena](#)
- 29 [Crise hídrica sob o ponto de vista da cultura e da educação indígena](#)
- 30 [Indígena fica em 1º lugar em dois vestibulares para Medicina](#)



Acusado de matar cacique se entrega 12 anos após crime, diz MPF em MS

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 23.01.2015

Segundo órgão, acusado se apresentou nesta manhã em Dourados.

Cacique Marcos Veron, de 73 anos, foi morto em 2003, em Juti.

Do G1 MS

Acusado de matar o cacique Marcos Veron, em janeiro de 2003, Nivaldo Alves de Oliveira, 52 anos, denunciado pelo Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul, se apresentou nesta sexta-feira (23), na Procuradoria da República em Dourados, a 214 km de Campo Grande.

Cacique Guarany-Kaiwá, Veron morreu no dia 12 de janeiro de 2003, aos 73 anos, depois de ser agredido com socos, pontapés e coronhadas de espingarda na cabeça, na fazenda Brasília do Sul, em Juti, a 302 km de Campo Grande. Ele teve traumatismo craniano.

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), Oliveira estava foragido há 12 anos, desde que teve prisão preventiva decretada. Acompanhado do advogado Upiran Gonçalves, Oliveira prestou depoimento no MPF e, por ter ordem de prisão em aberto, foi encaminhado à carceragem da Polícia Federal em Dourados, onde ficará à disposição da Justiça Federal.

Ao G1, Upiran disse que Oliveira esteve fora da cidade durante os anos em que ficou foragido. O advogado afirmou também que Oliveira nega o homicídio. Ele foi denunciado pelo MPF, mas teve o processo desmembrado e suspenso. Agora, após a prisão, o processo poderá voltar a tramitar, segundo o MPF.

Caso Veron

Indígenas da etnia guarany-kaiwá sofreram ataques nos dias 12 e 13 de janeiro de 2003, enquanto estavam acampados na fazenda Brasília do Sul, em Juti, região sul do estado, segundo o MPF. A área ocupada era reivindicada por eles como Tekohá Takuara. Segundo o MPF, um grupo de trinta a quarenta homens armados foram contratados para agredir os indígenas que acampavam nas terras. No dia 12, indígenas que estavam em um carro, com duas mulheres, um adolescente de 14 anos e três crianças de 6,7 e 11 anos, foram perseguidos por 8 km, sob tiros.

Na madrugada do dia seguinte, de acordo com o MPF, os agressores atacaram o acampamento a tiros. Sete índios foram sequestrados, amarrados na carroceria de uma caminhonete e levados para local distante, onde foram torturados.

CONT.



Ainda segundo a denúncia, um dos filhos do cacique Veron quase foi queimado vivo e a filha dele, grávida de sete meses na época, foi arrastada pelos cabelos e espancada.

Julgamento

O julgamento do caso foi considerado histórico em Mato Grosso do Sul, por ter sido o primeiro envolvendo acusados pela morte de indígenas no estado. Três réus foram condenados a 12 anos e 3 meses de prisão em regime fechado por sequestro, tortura e lesão corporal a seis indígenas, além de formação de quadrilha armada e fraude processual.

Em outubro de 2008, o MPF ofereceu denúncia contra outras 24 pessoas por envolvimento no crime. Outro fato inédito no caso foi o desaforamento, situação em que o julgamento é realizado em estado diferente de onde o crime aconteceu.

Neste caso, o júri foi transferido de Dourados para São Paulo, a pedido do MPF, por conta do preconceito contra indígenas em Mato Grosso do Sul, fato que poderia influenciar no resultado do julgamento.



Justiça derruba liminar que parou obra em área sagrada para índios
SÍTIO BEM PARANÁ, 23.01.2015

Folhapress

ESTÊVÃO BERTONI SÃO PAULO, SP - Pela sexta vez desde 2011, a Justiça derrubou uma liminar que paralisava as obras de instalação da hidrelétrica de São Manoel, na divisa entre Mato Grosso e Pará. O pedido para barrar a construção da usina em local considerado sagrado para os povos indígenas partiu do Ministério Público Federal.

A Promotoria afirma que o governo descumpriu uma série de ações que deveriam ser executadas para diminuir o impacto da obra na região. A liminar favorável ao Ministério Público foi concedida no final de dezembro. A União alegou que a paralisação gerava "uma situação de grave lesão à ordem e à economia, provocando relevantes efeitos negativos para o Sistema Elétrico Nacional e para a população envolvida no projeto". A Justiça aceitou os argumentos do governo e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

O Ministério Público já havia ajuizado um sétimo pedido de suspensão da obra, mas a ação ainda não foi julgada. Orçada em mais de R\$ 2 bilhões, a hidrelétrica integra o PAC 2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e poderá fornecer energia para 2,5 milhões de pessoas. A construção, porém, ficará a 700 metros de terras indígenas onde vivem 900 kaibi e, mais ao norte, 8.000 munduruku.

Locais considerados sagrados pelos índios serão encobertos pela água. Em 2011, eles chegaram a sequestrar por sete dias uma equipe do governo na aldeia Kururuzinho e exigiram a presença do presidente da Funai na região, em protesto contra a construção da hidrelétrica.

INCÊNDIO

Na madrugada de quarta-feira (21), um incêndio atingiu um alojamento do canteiro de obras da usina. Segundo o delegado Marcos Lyra, de Paranaíta (MT), a polícia investiga se a destruição de um barracão de equipamentos foi criminosa. Uma equipe do Ministério Público do Trabalho visitou o local para apurar se o incêndio tem ligações com questões trabalhistas. "O que nos foi passado por trabalhadores e pela construtora é que o incêndio teria sido causado por algum trabalhador ou grupo de trabalhadores como forma de protestos", afirmou o procurador Marcel Trentin. De acordo com ele, o protesto teria sido motivado pela insatisfação de trabalhadores com o cartão-alimentação fornecido aos operários. "O MPT identificou algumas irregularidades, mas ainda está em fase de investigação", disse o procurador, sem detalhar os problemas. A reportagem procurou Furnas, responsável pela obra, mas não obteve resposta até o fim da tarde.

Ação do MPF põe em xeque investimentos de R\$ 1,3 bi em São Francisco do Sul
SÍTIO DIÁRIO CATARINENSE, 23.01.2015

A ausência de uma política para conciliar a preservação e o crescimento leva a impasses judiciais



Foto: Leo Munhoz / Agencia RBS

Claudine Nunes

claudine.nunes@an.com.br

Uma investigação realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) coloca em xeque a validade do aval dado pela Prefeitura de São Francisco do Sul aos locais onde serão instalados grandes empreendimentos do setor portuário e naval na cidade, como o estaleiro CMO e os terminais marítimos TGB e Mar Azul.

Juntos, estes investimentos somam cerca de R\$ 1,3 bilhão. Um fato ocorrido em 2013 motivou a ação civil pública encaminhada no último dia 13 para a 6ª Vara Federal de Joinville. O documento foi obtido com exclusividade por "AN".

O MPF considerou inconstitucional a aprovação, no dia 17 de julho daquele ano, de duas leis complementares (nº 43 e nº 44/2013) porque, segundo o órgão federal, não foram respeitados os procedimentos legais exigidos para modificar o texto do Plano Diretor do município e a Lei de Zoneamento Urbano.

CONT.



De acordo com o MPF, a Prefeitura teria realizado apenas uma audiência pública "sem exposição prévia e clara a respeito das modificações propostas", o que não teria dado à comunidade tempo suficiente para a discussão das mudanças. A ação civil pública também afirma que, a pedido do Executivo municipal, a Câmara de Vereadores analisou e aprovou as alterações em regime de urgência, o que contradiz o estabelecido na Lei Orgânica municipal.

Segundo o MPF, a aprovação das leis permitiu a instalação de portos e de estaleiro "em qualquer área". A decisão sobre o caso está nas mãos do juiz federal substituto Fernando Ribeiro Pacheco. Caberá a ele decidir se é procedente ou não o pedido de liminar feito pelo procurador da República Tiago Alzuguir Guierrez. A Prefeitura já preparou a defesa.

Empreendimentos estão em fases diferentes de licenciamento

Os três projetos citados pelo MPF como os que teriam sido apreciados com base nas leis complementares _ estaleiro CMO, Terminal Graneleiro da Babitonga (TGB) e Terminal Marítimo Mar Azul _ estão em estágios diferentes de licenciamento. Nessa fase, o órgão ambiental, estadual ou federal, exige do município uma declaração afirmando que o local onde um empreendimento será instalado está em sintonia com a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

_ Este documento é crucial para concedermos o licenciamento _ diz a gerente de desenvolvimento ambiental em exercício da Fatma de Joinville, Jaidette Farias Klug.

Ela explica que se houver algum problema com a documentação, a Fatma será informada pela Justiça e vai acionar o setor jurídico para definir os procedimentos.

O TGB vai continuar seguindo o rito da Fatma até que receba orientação diferente, informou o coordenador de relações institucionais e comunicação, Sérgio Ferreira. A empresa mantém a previsão de audiência pública para o dia 10 de março.

_ Se houver impeditivo legal, vamos respeitar _ afirma Ferreira.

A CMO preferiu não se manifestar sobre o impacto que uma decisão favorável ao MPF poderia causar ao negócio. A Norsul, empresa responsável pelo projeto do Terminal Marítimo Mar Azul, foi procurada pela reportagem, mas informou que não teria tempo para se pronunciar sobre os impactos até o fechamento desta edição.

Prefeitura teve pressa, diz procurador

O que levou ao descumprimento da lei foi a pressa. Esta foi a conclusão do procurador da República Tiago Alzuguir Gutierrez a respeito da investigação realizada pelo MPF que culminou com a ação civil pública que pede a anulação das duas leis complementares, aprovadas em 2013. Segundo o MPF, elas abriram as portas para instalação de empreendimentos portuários e naval em locais proibidos pela legislação em vigor até então.

CONT.



Conforme Gutierrez, se as regras fossem cumpridas à risca, elas levariam bastante tempo até serem concluídas. O procurador diz que, durante a investigação, procurou a Prefeitura, expôs os problemas e propôs discutir as questões até se chegar a um acordo. No entanto, alega que recebeu como resposta o compromisso do Executivo de promover uma ampla revisão do Plano Diretor, mas no futuro, pois naquele momento as alterações eram apenas de caráter redacional.

Não há um prazo para que o juiz federal substituto da 6ª Vara Federal, Fernando Ribeiro Pacheco, decida sobre a suspensão ou não das duas leis. Quando isto ocorrer, as partes podem recorrer ao Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre (RS). Na hipótese de conceder a liminar e também julgar o caso em favor do Ministério Público, os empreendimentos terão que se adaptar ao Plano Diretor vigente _ e isso pode mudar o rumo dos projetos. É possível, também, que a Prefeitura faça novamente os procedimentos para aprovação das leis, mas desta vez da maneira indicada pelo MPF.

Caso o juiz não conceda a liminar, os empreendimentos poderão continuar normalmente com a tramitação dos projetos, hoje em fase de licenciamento nos órgãos ambientais.

Patrimônio e indígenas foram ignorados, diz MPF

O impasse envolvendo a exploração da região da baía da Babitonga não se restringe ao meio ambiente. O patrimônio histórico de São Francisco do Sul e populações indígenas também aparecem na investigação do Ministério Público Federal (MPF) como impactados com a aprovação das leis complementares 43 e 44/2013, ocorrida em julho de 2013.

De acordo com o procurador da República Tiago Alzuguir Gutierrez, houve mudanças no regime de uso do território sem a consulta e participação dos indígenas da região, conforme exige a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Segundo o promotor, também não houve consulta ou manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), responsável pela tutela do Centro Histórico da cidade, que é objeto de tombamento federal. A investigação resultou na ação civil pública encaminhada, no último dia 13, à 6ª Vara Federal de Joinville. A decisão sobre a suspensão das leis caberá ao juiz federal substituto Fernando Ribeiro Pacheco.

Em São Francisco do Sul, existem duas aldeias indígenas guarani mbyá. E próximo ao canal do Linguado, na Ilha de São Francisco do Sul, há outra aldeia, Conquista.

Na época, a Prefeitura alegou que as alterações promovidas pelas leis complementares 43 e 44/2013 limitaram-se à harmonização dos instrumentos do planejamento urbano, a ajustes redacionais e à inserção de legendas em mapas. O Ministério Público Federal, no entanto, considerou as mudanças "bastante relevantes".

O patrimônio histórico é preservado em virtude da identidade cultural do local, e o

CONT.



tombamento contorna o cume dos morros. Na ação civil, o procurador afirma que as mudanças criam uma situação que propicia impactos negativos ao Centro Histórico, com a ocupação de parte dos morros, afetando o objeto do tombamento.

Artigo 55

Um dos pontos mais criticados pelo MPF foi a nova redação do artigo 55 da Lei de Zoneamento, que permite, em todo o território municipal, inclusive nas zonas especiais, a instalação de equipamentos de circulação urbana e transportes, definidos como todos aqueles relacionados com a mobilidade em seus diferentes modais: rodoviários, ferroviários, aeroviários, portuários e navais.

_ Percebe-se que a alteração permite a instalação de portos e do estaleiro que se pretende construir no município em qualquer área _ relata o procurador no documento.

O MPF alega que foram incluídas, nas áreas rurais, novas atividades econômicas, sem nenhuma definição a respeito de quais são essas atividades. O MPF também afirma que aquilo que a Lei do Zoneamento classifica como ZE-3 (zona especial de preservação de mangue) o Plano Diretor passou a tratar como ZUC (zona de utilização controlada). A mudança, diz o órgão federal, permite o licenciamento em áreas onde antes eram vedadas atividades econômicas. O procurador é enfático na denúncia:

_ O que se permitiu, em verdade, foi a instalação de grandes empreendimentos de logística e infraestrutura, sem qualquer planejamento ou consideração pelo bem-estar da população ou pela preservação do meio ambiente. Busca-se a atração de investimentos a qualquer preço, inclusive com alterações ilegais do regime de uso do território do município. Isso, certamente, acarretará, no futuro, graves problemas urbanos e ambientais _ afirma.

Um plano para a região

Os investimentos previstos para São Francisco prometem contribuir para o crescimento econômico do município. No caso das atividades portuárias, a expansão aumentaria a competitividade da região, já que a proximidade de uma boa infraestrutura para escoamento dos produtos pesa na escolha do local para instalação de novas empresas, além de atender a uma necessidade global de transporte de alimentos. Os terminais são voltados, principalmente, para o embarque e desembarque de grãos.

No setor naval, o estaleiro CMO é o primeiro empreendimento ligado diretamente ao pré-sal no Norte do Estado. Ele não chega a colocar São Francisco na condição de polo construtivo naval, mas a obra mexe com engenheiros em virtude do conhecimento que será adquirido na região.

Contudo, cada anúncio de grande investimento em São Francisco desperta a atenção de

CONT.



empresários e ambientalistas. Isto porque o município depende economicamente de atividades que se desenvolvem justamente no ponto mais sensível a qualquer intervenção: a baía da Babitonga.

O ambiente é responsável por 80% dos manguezais de SC e desempenha importante papel na reprodução e no desenvolvimento de várias espécies, algumas em extinção. Influencia até mesmo a subsistência da pesca industrial. Por outro lado, ali se desenvolve a atividade portuária, responsável por 70% da economia de São Francisco. A mesma natureza que favorece a riqueza ambiental beneficia a exploração econômica.

A resposta para o impasse entre economia e meio ambiente pode estar no planejamento.

_ Não há um estudo de capacidade de suporte, o que se poderia fazer de forma sustentável, contemplando os múltiplos interesses _ avalia a bióloga Marta Cremer.

Para o coordenador de relações institucionais do Terminal Graneleiro Babitonga, Sérgio Ferreira, é preciso uma análise profunda.

_ Estamos buscando o que há de mais moderno e de menor impacto ambiental, como dragagem com selo verde, mas é preciso criar um fórum de desenvolvimento sustentável da baía da Babitonga para que o assunto se resolva no âmbito público _ defende.

Antes de tomar conhecimento da ação do MPF, o secretário de Desenvolvimento de São Francisco, Ariel Pizzolatti, reconheceu que há um conflito no ecossistema da Babitonga. Segundo ele, o Plano Diretor será revisado neste ano. Já foi nomeada equipe para isso.

_ É extremamente necessário haver um planejamento para a cidade poder se desenvolver e buscarmos recursos para infraestrutura _ afirmou.



Enxugando gelo

SÍTIO O DOCUMENTO, 23.01.2015

Por: LÍCIO A. MALHEIROS

Em nosso país, é comum assistirmos de camarote a inserção de medidas que visam e, que tem como objetivo final, diminuir as agressões praticadas contra o meio ambiente; que envolve todas as coisas vivas e não vivas que existem na terra, e que afetam os ecossistemas e a vida dos seres humanos. Portanto, qualquer medida que venha protegê-la será bem vinda, desde que, seja fundamentada em lei, e que efetivamente a proteja. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da 15ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa do Meio Ambiente Natural, emitiu notificação recomendatória à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), para que altere - a partir deste ano - o atual período de piracema em todas as bacias hidrográficas de Mato Grosso, que vai de novembro a fevereiro, esta medida pretende que o período proibitivo seja ampliado para seis meses, com início em outubro e termino em março.

Aqui, ninguém de sã consciência, está discordando dos trabalhos técnicos realizados pelos biólogos/etólogos do Estado de Mato Grosso, com relação ao período de piracema, período proibitivo de pesca, também conhecido como período de defeso.

O defeso é uma medida que visa proteger os organismos aquáticos durante as fases mais críticas de seus ciclos de vida, como sua época de reprodução ou ainda de seu maior crescimento. Dessa forma, o período de defeso favorece a sustentabilidade do uso dos estoques pesqueiros e evita a pesca quando os peixes estão mais vulneráveis à captura, por estarem reunidos em cardumes.

A questão emblemática dessa medida recomendatória alterando de 4 para 6 meses, o período proibitivo está justamente, em algumas questões pontuais e atípicas do nosso Estado.

A primeira delas a questão do seguro-desemprego, segundo a Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso (SRTE-MT), existe 8,5 mil trabalhadores beneficiados com esse seguro, se esta medida for implementada implicará em mais gastos.

A segunda questão também complicadíssima é a do Trade Turístico, que em nosso Estado, praticamente não existe, em função da falta de políticas públicas, como: conservação de estadas, a falta de infraestrutura também é sentida e, por aí vai.

Mesmo assim, aqueles que resistem a duras penas para manter seus estabelecimentos funcionando, sentirão no bolso, se essas medidas forem realmente acatadas pelo Governo, pois existem grupos de turistas, que vem a Mato Grosso para pescar. Em sua grande maioria, são pessoas conscientes, que pescam por gostar e, que na verdade protegem nossos rios, pois a grande maioria tem consciência ecológica e, acabam deixando dividendos para o Estado.

CONT.



Outro ponto nevrálgico é com relação à legislação da pesca, a piracema é um período natural de reprodução dos peixes de água doce, que ocorre em ciclos anuais no período das chuvas.

A lei é muito clara, e diz: aqueles que desrespeitarem a piracema serão penalizados com multa que podem variar de R\$ 1 mil a R\$ 100 mil, ou detenção previsto pela Lei Estadual nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, em consonância com a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. São poucos os contraventores que pagam essas multas e, mais do que isso, a apreensão não repõe os peixes que foram retirados dos rios; quem acaba sendo penalizado são os pescadores esportistas e, os ribeirinhos que pescam para seu sustento.

Acreditamos que possa ser feita uma adequação nessa medida adotada pelo (MPE), ou seja, que se mantenha a piracema apenas 4 meses, iniciando em (01) e (05) de novembro até (28) de fevereiro; respeitando que, apenas no mês de outubro seja proibitiva a pesca dos peixes que comprovadamente iniciam sua reprodução nesse mês, caso específico da piraputanga e do corimbatá, assim como aconteceu com o dourado, que acabou sendo protegido.

De tudo que foi dito até então, dois meses a mais ou dois meses a menos, não irá mudar muita coisa. O problema crucial da pesca em Mato Grosso, não está na quantidade de leis e, sim na falta de políticas públicas de fiscalização, ou seja, não existem fiscais suficientes, para percorrer, cerca de 18 rios, existentes, de grande e pequeno porte, e quando ocorre algum tipo de apreensão são pegos, "lambaris", faz-se um estardalhaço na mídia, quando na verdade os grandes atravessadores devastam, matam nossos rios e, ninguém faz nada.

Pare o mundo, quero descer!

Professor Licio Antonio Malheiros é geógrafo (liciomalheiros@yahoo.com.br).



Falta de água afeta reserva com cerca de 17 mil indígenas em Dourados, MS
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 24.01.2015

*Um dos seis poços secou e sobrecarregou outras unidades da aldeia.
Secretaria de saúde indígena diz que vai verificar motivo do problema.*

Do G1 MS com informações da TV Morena

Moradores da reserva indígena de Dourados, a 214 km de Campo Grande, estão enfrentando problemas provocados pela falta de água. A situação, que já é antiga, piorou há cerca de duas semanas segundo os indígenas, quando um dos seis poços secou e sobrecarregou as outras unidades. Desde então, tarefas diárias, como lavar roupa, deixaram de ser feitas para poupar a água para consumo, banho e cozinha.

Atualmente são seis poços para abastecer uma população que chega a cerca de 17 mil pessoas. E com uma unidade sem funcionamento e outras duas sem muita vazão, a falta de água nas duas aldeias é constante.

Por conta do problema, moradores da região começaram a economizar água, armazenando-a em baldes. O abastecimento de água na reserva é feito através de poços que distribuem a água para caixas e redistribuem através do encanamento.

Em média, cada unidade leva água a cerca de 2,8 mil indígenas. Uma das lideranças da aldeia Jaguapiru, Ivan Cleber trabalha na área de saneamento da Sesai e cuida da área da manutenção dos poços na aldeia. Ele conta que é preciso mais unidade para abastecer toda a comunidade. Outro problema que prejudica o abastecimento é o desperdício, e muitos poços estão depredados.

A secretaria de saúde indígena informou que os locais onde a água não chega pelas bombas são abastecidos por caminhões-pipa e que irá verificar o motivo de ainda estar faltando água. O órgão informou também que existe um projeto para perfuração de mais dois poços, mas ainda está em fase de estudo.



Nível do Rio Solimões já preocupa Defesa Civil

SÍTIO PORTAL EBC, 23.01.2015

O volume de chuva tem sido acima do normal, segundo relatos de moradores, e do gerente regional da Defesa civil no Alto Solimões.

A cheia do rio na região do Alto Solimões no Amazonas, começa a preocupar gestores públicos, famílias que vivem em comunidades ribeirinhas e em bairros próximos à igarapés. O nível do rio Solimões já começa atingir os assoalhos das residências de famílias de Tabatinga e Benjamin Constant, de acordo com dados da Defesa Civil.



Cheia em Humaitá, uma das cidades do Amazonas em estado de emergência
Defesa Civil Amazonas / Divulgação

O volume de chuva tem sido acima do normal, segundo relatos de moradores, e do gerente regional de operações da Defesa Civil no Alto Solimões, Donizete Cruz. Em entrevista à Rádio Nacional do Alto Solimões, Donizete, esclareceu alguns dos cuidados que os moradores devem ter neste período. "Os moradores devem ficar atentos aos animais peçonhentos como cobras, aranhas, escorpiões e outros, além da vigilância total nas crianças, e o contato com a rede elétrica", ressaltou o coordenador.

A Defesa Civil de cada município tem a responsabilidade de fazer um levantamento das famílias que estão sendo prejudicadas pela cheia. Após a coleta desses dados, será feita uma documentação e enviada a Manaus para solicitação de ajuda, informou o gerente.

O nível do Rio Solimões registrado na sexta-feira (23) é de 10,72 metros. Segundo Donizete Cruz, esse ano pode haver uma grande cheia afetando a população da região que vai de Tabatinga a Tocantins deixando cerca de 17 mil famílias prejudicadas.

Alessandro Laranhaga.

Homem envolvido na morte de cacique se entrega após 12 anos de fuga
SÍTIO FÁTIMA NEWS, 24.01.2015

Campo Grande News



Túmulo do cacique Marco Veron,
morto durante luta por terra.
(Foto: MPF Divulgação)

Depois de 12 anos foragido, Nivaldo Alves de Oliveira, denunciado pelo MPF-MS (Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul) pela participação no homicídio do indígena guarani-kaiowá Marco Veron, em 2003, se apresentou nesta sexta-feira (23) na Procuradoria da República em Dourados, município a 233 quilômetros de Campo Grande.

De acordo com o MPF, Nivaldo chegou acompanhado de advogado, prestou depoimento e, como a ordem de prisão estava em aberto, foi encaminhado à carceragem da Polícia Federal da cidade, onde ficará à disposição da Justiça Federal. Como estava foragido, o acusado teve o processo em relação a ele desmembrado e suspenso. Agora, o processo judicial poderá voltar a tramitar.

Caso Veron - Índios kaiowá foram atacados por grupo de cerca de 40 homens armados contratados para expulsá-los de terras que reivindicavam em Juti, região sul do Estado. Os indígenas acamparam na Fazenda Brasília do Sul nos dias 12 e 13 de janeiro de 2003, área por eles reivindicada como Tekohá Takuara.

No dia 12, um veículo dos indígenas com duas mulheres, um rapaz de 14 anos e três crianças foi perseguido, sob tiros, por oito quilômetros.

Na madrugada do dia 13, os agressores atacaram o acampamento a tiros. Sete índios foram sequestrados, amarrados na carroceria de uma camionete e levados para local distante da fazenda, onde passaram por sessão de tortura.

Torturas - Segundo o MPF, um dos filhos de Veron, Ládio, quase foi queimado vivo. A filha dele, Geisabel, grávida de sete meses, foi arrastada pelos cabelos e espancada. Marcos Veron, que estava com 73 anos na época, foi agredido com socos, pontapés e coronhadas de espingarda. Ele morreu por traumatismo craniano.

CONT.



O julgamento dos réus Estevão Romero, Carlos Roberto dos Santos, Jorge Cristaldo Insabralde e Nivaldo Alves de Oliveira foi considerado histórico por ser o primeiro envolvendo acusados pela morte de indígenas em MS.

Ainda de acordo com o Ministério Público, os três réus foram condenados a 12 anos e 3 meses de prisão em regime fechado por sequestro, tortura e lesão corporal a seis indígenas, além de formação de quadrilha armada e fraude processual. Em outubro de 2008, o MPF ofereceu denúncia contra outras 24 pessoas por envolvimento no crime.

Preconceito - O caso foi julgado em desaforamento, que é quando um julgamento é realizado fora do estado em que o crime aconteceu. O júri foi transferido de Dourados para a cidade de São Paulo a pedido do MPF por causa do preconceito contra os indígenas em Mato Grosso do Sul. Para o Ministério Público, isso poderia influenciar no resultado do julgamento.

Grupo da UFRJ que estuda migração populacional conhece Umuarama
SÍTIO UMUARAMA ILUSTRADO, 24.01.2015



Um grupo de alunos de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) esteve em Umuarama, nesta semana, conhecendo um pouco da história da cidade e das suas características econômicas, culturais e sociais, com ênfase no setor produtivo e agronegócio. Estudos anteriores, coordenados pela professora doutora Júlia Adão Bernardes, autora de várias publicações, apontam que o interior do Paraná e principalmente a região de Umuarama 'exportaram' colonizadores para o cerrado do Mato Grosso. São empreendedores rurais que se tornaram fazendeiros, empresários e lideranças políticas que contribuíram para o desenvolvimento mato-grossense.

O secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Carlos Favaro, recebeu o grupo para um longo bate-papo, onde repassou detalhes da formação do povo, as origens, participação indígena, a diversidade cultural e também o processo de desenvolvimento da economia local, desde os primeiros anos da colonização. O grupo visitou também o prefeito Moacir Silva, que passou mais impressões sobre a história de Umuarama.

Doutora em geografia humana e professora de pós-graduação em Geografia na UFRJ, a professora Júlia e sua equipe – com a presença do engenheiro, professor e doutor em Geografia Vítor Pires Vencovsky – estão visitando cidades do Paraná que tiveram participação significativa na ocupação do Mato Grosso. Além de Umuarama, passaram também por Londrina, Maringá e Cianorte.

“Eles estão rastreando o caminho percorrido pelos colonizadores e como muitos partiram da região de Umuarama, incluíram a cidade no roteiro e aqui permaneceram por três dias, visitando usinas, a cadeia de produção de frango, sindicatos e estruturas públicas, além da Prefeitura”, explicou o secretário Favaro.

CONT.



A movimentação de pessoas pelo país e a migração em busca de oportunidades, que também aconteceu no Paraná, são alguns dos assuntos pesquisados pela equipe. "O Norte Pioneiro recebeu colonizadores paulistas e mineiros, a região de Londrina atraiu muitos estrangeiros, já o Oeste tem predominância de gaúchos e aqui no Noroeste veio um pouco de cada região, com muitos mineiros e paulistas interessados na cafeicultura", detalhou o secretário Antônio Favaro.

"Foi muito bom recebê-los em Umuarama e saber que a cidade teve participação importante no processo de colonização de outras regiões. O que esperamos, agora, é a volta dos descendentes desses desbravadores para encontrar suas famílias e viverem aqui na Capital da Amizade, que hoje oferece ótimas condições de vida, muitas oportunidades de trabalho e de carreira, e uma cidade muito bem estruturada", destacou o prefeito Moacir Silva.

A infraestrutura de Umuarama, a beleza da cidade e a qualidade de vida da população impressionaram os visitantes, na maioria moradores do Rio de Janeiro. "Eles ficaram surpresos com o desenvolvimento da cidade, a estrutura na área de saúde, o grande polo universitário, o agronegócio e a oferta de empregos acima da mão de obra disponível no mercado. Elogiaram o cuidado com a cidade, a organização das ruas e avenidas – resultado de um planejamento raramente encontrado em outras regiões – e o cooperativismo, estimulado pelo prefeito Moacir Silva através da Cooperu (pequenos produtores rurais), Cooperuma (reciclagem), do setor de carnes nobres e outras iniciativas locais", completou Favaro.



Usina de beneficiamento de leite trará vida nova a produtores

SÍTIO AQUI ACONTECE, 24.01.2015

O projeto de ampliação e reforma da usina de beneficiamento de leite da Cooperativa de Produção Leiteira de Alagoas (CPLA), localizada na cidade de Batalha, mudará a realidade da agricultura familiar no Estado, gerando emprego e renda nos municípios que fazem parte da cadeia produtiva do leite. Executado em três etapas, a primeira será concluída no prazo de um ano.

A indústria atenderá inicialmente os quatro mil agricultores familiares, garantindo mercado aos volumes excedentes à cota dos 19 litros de leite/dia comercializados no Programa do Leite distribuído às famílias carentes.

Com o leite excedente, a nova fábrica da CPLA irá ofertar ao mercado regional leite em pó instantâneo, leite condensado e doce de leite produzidos em modernos equipamentos que terão capacidade de processar até 160 mil litros dia.

A meta da CPLA é a inclusão produtiva de mais seis mil agricultores familiares, em especial quilombolas, indígenas e os assentados da reforma agrária, totalizando dez mil famílias dedicadas à atividade leiteira no decorrer da implantação da segunda etapa.

Segundo o projeto, a segunda fase prevê a entrada da linha de 100 mil litros dia leite UHT (longa vida) até o final de 2016. Já a terceira fase, com mais 100 mil litros dia na nova fábrica automatizada, a produção de queijos no segundo semestre de 2017.

A previsão é que em até cinco anos após a conclusão da terceira etapa, a usina de beneficiamento esteja operando com sua capacidade máxima de 360 mil litros dia, produzindo 22 toneladas de leite em pó ou 63 toneladas de leite condensado e ou doce de leite, além de 100 mil litros de leite UHT e aproximadamente 14 toneladas de queijos.

De acordo com o projeto, todo o soro resultante da fabricação de queijos será utilizado na produção de soro de leite em pó e ou leite em pó modificado (enriquecido com as proteínas do soro), agregado valor e integrando outras cadeias produtivas tais como a cana-de-açúcar e as frutas do bioma semiárido.

Segundo o consultor executivo de projeto de ampliação e reforma da CPLA, Fábio Teles, atualmente o agricultor familiar que faz parte do Programa do Leite e que fornece os 19 litros dia tem renda garantida de cerca de R\$ 640,00 pelas compras governamentais. Já o volume excedente é pago a preço de mercado.

“Com a crise atual do setor, muitos deles estão jogando o produto fora por que não tem

CONT.



comprador e aqueles que conseguem vender o leite excedente estão recebendo entre R\$ 0,40 a R\$ 0,60 por litro de leite comercializando. Hoje, se a primeira etapa estivesse em operação pelos 32 litros de leite excedentes, o produtor receberia um acréscimo de R\$ 1.100 em sua renda”, afirmou.

Com uma capacidade inicial de recepção de 160 mil/litros de leite por dia, a primeira linha de produção de fábrica, que faz parte da primeira etapa do projeto, irá produzir leite em pó, leite condensado e doce de leite. Com isso, a unidade industrial de beneficiamento de leite, contará com uma produção diária de 22 toneladas de leite em pó, além de 63 toneladas de leite condensado e ou doce de leite.

Programa do Leite

Criado em 2011, o Programa do Leite conta com quatro mil pequenos produtores cadastrados e atende a mais 80 mil famílias alagoanas que recebem, diariamente, um litro de leite.

Atualmente, o preço do litro do leite está fixado em R\$ 1,14 para uma produção de até 19 litros/dia. Segundo a CPLA, que administra o programa, a partir desta quantidade, o excedente é pago pelo laticínio de acordo com o preço de mercado.

Para o produtor de leite de Major Isidoro, José Hélio da Costa, todas as apostadas estão sendo feitas na abertura da usina de beneficiamento de leite da CPLA, em Batalha. Segundo ele, o setor vive um momento delicado e a unidade industrial seria a única saída viável.

“A nossa salvação é o programa do leite. Mas há casos onde o litro de leite está sendo vendido a R\$ 0,60. Estamos passando por um momento de crise e precisamos que a fábrica da CPLA entre em funcionamento”, declarou Costa.

Segundo o agricultor, que produz 260 litros de leite por dia, na época que a fábrica da Camila estava em funcionamento - fechado há aproximadamente seis anos - o cenário da região era bem diferente da realidade atual.

Por Agência Alagoas.

Instalação sonora entra em cartaz e revisita línguas indígenas extintas da América Latina

SÍTIO A CRÍTICA, 25.01.2015

Mostra "Papapagio de Humboldt" inicia no dia 2 de fevereiro no Oi Futuro Flamengo, no Rio de Janeiro. Conforme diretor da exposição, vozes indígenas foram coletadas em cerca de 14 países



Diversas tribos foram visitadas para compor instalação sonora (Divulgação)

LAYNNA FEITOZA.

Assim como preservar a biodiversidade de uma nação, conservar a sua diversidade linguística é de suma importância no Brasil, País onde 85% das línguas que eram faladas em meados de 1500 estão praticamente extintas hoje. Para exhibir e resguardar esse patrimônio, a instalação sonora inédita "Papagaio de Humboldt" entrará em cartaz a partir do dia 2 de fevereiro nos três andares do Oi Futuro Flamengo, localizado no Rio de Janeiro. "A exposição surge para abordar e revisitar línguas em extinção não só no Brasil, mas na América Latina", coloca o curador da mostra, o linguista alemão Alfons Hug.

A ideia da exposição nasceu a partir da observação de Hug – diretor do Instituto Goethe – acerca do alto grau de extinção das línguas indígenas da América Latina – que tem mais de 600 idiomas ao todo. Por conta de muitas línguas terem surgido com os povos indígenas, o curador solicitou que 18 artistas das mais variadas origens se espalhassem e coletassem as vozes indígenas, em países como Brasil, Uruguai, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Venezuela, Paraguai, Colômbia, Equador, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua e Panamá.

CONT.



“Os artistas puderam escolher a tribo e o idioma que quisessem. No caso do Chile, por exemplo, a última pessoa a vivenciar o idioma yámana é uma senhora de quase 80 anos, onde o artista foi lá e gravou a voz dela. A maior parte deles foi a campo e a outra coletou a partir de alguns arquivos históricos. Lugares como a Argentina e a Patagônia já tem línguas extintas”, pondera ele.

Processo

A intervenção sonora se distribuirá das dependências da Oi Futuro com cada artista portando em sua frente uma caixa de som. Cerca de 550 idiomas em extinção serão escritos nas paredes. “Mas, além do efeito visual, o principal é o efeito sonoro”, coloca Alfons, explicando o porquê de tantas línguas e formas de expressão “desaparecerem” com o tempo.

“Alguns desses grupos étnicos eram muito pequenos. Inclusive no Brasil, e principalmente na Amazônia há muitas tribos isoladas, com poucas pessoas por grupos étnicos. Esses vivem o perigo de perder o próprio idioma, por conta do contato com o exterior. Alguns dos grupos étnicos são vulneráveis ao contato com a civilização”, justifica o diretor do Instituto Goethe.

Raízes

Por sua vez, há ainda idiomas bem-sucedidos, como o guarani e o aymara, que ainda tem diversos falantes em alguns países da América do Sul. E mesmo com a complexidade do português brasileiro e com a transposição da linguagem para gírias e outros termos de expressão, Alfons destaca que o Brasil é um exemplo positivo de preservação, por conta das diversas terras indígenas que cultivam a sua cultura linguística. “Na América Central a situação é mais crítica. Há poucos remanescentes”, destaca ele.

Para o curador, deveria haver uma mudança de perspectiva um pouco mais voltada para a presença humana, e não apenas para a biodiversidade. “Muitas vezes se fala da biodiversidade, da extinção de espécies ou de plantas. A mesma extinção dos idiomas com as mesmas tribos é muito mais grave. Para mim, as escolas têm falhado no processo de disseminação do interesse por essas línguas. Se fala da Amazônia, por exemplo, de sua biodiversidade, mas pouco se fala da diversidade linguística, que para mim tem valor maior”, assegura. Após sua estreia, a mostra “Papagaio de Humboldt” deve passar ainda por São Paulo, Quito (Equador), Nova York (EUA), e mais duas cidades da Alemanha.



Doação alivia falta de estrutura dos feirantes indígenas

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 25.01.2015

A visita da primeira-dama, Andréia Olarte, à feira, em companhia do prefeito, Gilmar Olarte, foi considerada histórica pelos feirantes

Feirantes indígenas, principalmente àqueles que vêm de aldeias distantes para vender seus produtos na Praça Oshiro Takemori - Feira Indígena, dormiam no chão. Eles ficam cerca de 15 dias longe de suas casas e dormem na praça, sem nenhum conforto.

Essa triste realidade foi amenizada recentemente (17/01), com a entrega de 40 colchões feita pela primeira-dama da Capital e presidente de honra do Fundo de Apoio à Comunidade - FAC, Andréia Olarte.

A reivindicação foi feita pela presidente da Associação da Feira Indígena, Vanda de Albuquerque, que agradeceu à primeira-dama pela atenção especial que vem dando, principalmente, às mulheres indígenas. Ela se declarou também grata ao prefeito Gilmar Olarte, que anunciou a revitalização da Praça Oshiro Takemori - Feira Indígena.

Segundo Vanda, essa foi a primeira vez que os feirantes receberam a visita de um prefeito e primeira-dama da Capital. "Acho tão bom o trabalho da primeira-dama e do prefeito. A gente nunca teve essa oportunidade de sentar com um prefeito e uma primeira-dama, como agora. Isso faz com que nos sintamos valorizados, pois éramos muito esquecidos aqui", afirmou a presidente.

Um dos primeiros presidentes da Associação da Feira Indígena Eliseu Lili destacou que é a primeira vez, desde que a feira foi criada, há cerca de 30 anos, que uma primeira-dama de Campo Grande visita e realiza ação a favor dos feirantes indígenas. Ele ressaltou que Andréia Olarte demonstra ter um grande carinho pelas índias.

"Ela está mobilizando a Secretaria da Mulher para dar apoio às índias da feira. Isso é muito importante", avaliou Lili.

A atitude de Andréia Olarte de chegar à feira, abraçando as mulheres indígenas, tratando-as com respeito e carinho, disse Lili, é gratificante de ver. Ele considerou que a primeira-dama ao ajudar as mulheres da feira, está apoiando as famílias indígenas. "Pela primeira vez, alguém está olhando para as questões da Feira Indígena", comemorou.

CONT.



Revitalização

Entre as obras que serão executadas pela Prefeitura visando melhor qualidade de vida dos feirantes e valorização turística, destacamos: colocação de telas nos quiosques; integração da Praça Oshiro Takemori ao Mercado; construção de mais um quiosque para a venda de artesanatos; ampliação e reforma do prédio já existente na praça, que passará a ter dormitórios, banheiros, cozinha e depósito para armazenamento de produtos.

O projeto prevê ainda o cercamento de todo o complexo do Mercado e praça para dar maior segurança aos usuários. Serão disponibilizados aos visitantes três acessos com pórticos contendo placas explicativas sobre o Mercado, Feira Indígena e a Praça Oshiro Takemori.

Assessoria de Comunicação do Fundo de Apoio à Comunidade – FAC.

Por: Assecom/FAC.

Barracão multiuso beneficia aldeia indígena em Avaí

SÍTIO O SERRANO, 25.01.2015

Com o novo equipamento, índios da Aldeia Ekeruá poderão aprimorar trabalho com o processamento da mandioca



O processamento da mandioca é a principal atividade dos índios da Aldeia Ekeruá, na cidade paulista de Avaí. A partir de agora, o trabalho poderá ser aprimorado, pois os indígenas passam a contar com um barracão multiuso, entregue ontem, sábado, 24, pelo governador Geraldo Alckmin.

A obra faz parte das ações do Programa Microbacias II - Acesso ao Mercado, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento. O programa apoia iniciativas e planos de negócios apresentados por associações ou cooperativas de produtores rurais, comunidades indígenas e quilombolas. Alckmin destacou a importância do programa. "Nós fizemos primeiro o Microbacias I, que é voltado à recuperação do solo para melhorar a produtividade da agricultura, especialmente familiar, média agricultura e todos os agricultores. O Microbacias II é para estimular a renda do agricultor, do produtor rural, agregar valor", explicou.

No barracão multiuso, os índios poderão fazer a limpeza da mandioca, descascar e embalar para venda. A finalidade do Governo com esse programa é adicionar valor à produção e facilitar o acesso aos mercados. "O programa hoje está presente em todo o Estado de São Paulo apoiando o agricultor para melhorar a sua renda", afirmou o governador.

Do Portal do Governo do Estado.

Emater quer melhorar infraestrutura em cinco aldeias da etnia Tembé
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 25.01.2015



A Emater vai elaborar um diagnóstico em cinco das 13 aldeias Tembé, em Santa Luzia, com o objetivo de ampliar a produção de alimentos

Da Redação
Agência Pará de Notícias

Uma equipe formada por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater) dos municípios de Capanema e Santa Luzia do Pará, no nordeste paraense, vai elaborar um diagnóstico em cinco das 13 aldeias da etnia Tembé, em Santa Luzia, com o objetivo de ampliar a infraestrutura de produção de alimentos e a qualidade de vida dos indígenas. A decisão foi tomada após uma reunião, realizada em Capanema, entre técnicos da Emater e uma equipe de indígenas, liderada pelo cacique Edvaldo Santos.

Durante a reunião foram discutidos benefícios sociais, como o Programa Minha Casa Minha Vida. Alguns indígenas, por meio da Emater, receberam o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP), que garante a habilitação ao programa federal. Nesta primeira etapa serão construídas 100 residências para os Tembé. A Emater acompanhará todo o processo de construção, até a entrega das residências.

CONT.



A empresa também apoiará os indígenas com um projeto de piscicultura, que pode ser desenvolvido conforme o modelo instalado no município de São João de Pirabas, também no nordeste paraense, que abrange toda a cadeia produtiva. Primeiramente os indígenas deverão ser capacitados sobre todo o processo de produção de peixe, que inclui construção dos tanques, alimentação, manejo e processamento do pescado.

O sistema é desenvolvido em gaiolas, mais apropriado para as aldeias. "O Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) poderá ser parceiro nessa capacitação. Nas aldeias aproveitaremos o potencial hídrico existente. Começaremos com a piscicultura e avançaremos para outras atividades", informou o engenheiro agrônomo Jairo Eiras, da Emater.

Tudo será executado com a coordenação do técnico Emival Tembê, indígena que faz parte da equipe da Emater, que será também um dos facilitadores do projeto, principalmente na comunicação com os indígenas, já que algumas lideranças falam apenas o Tupi-Guarani.

Iolanda Lopes.

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

Quilombolas recebem autorização para explorar castanhais

SÍTIO PORTAL EBC, 25.01.2015

Sheily Noleto

Termo de Compromisso assinado pelo ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade autoriza quilombolas da Reserva Biológica do Rio Trombetas, em Oriximiná, no oeste do Pará, a continuarem explorando os castanhais da área.

A pedido do Ministério Público Federal, o ICMBIO prorrogou o termo que ordena o uso dos castanhais pelas comunidades quilombolas. O documento deve valer até que seja apresentada uma solução sobre a regularização territorial da área.

Segundo o MPF, na região onde estão as comunidades quilombolas, há uma floresta nacional -a Flona Saracá-Taquera -, instituída depois da ocupação territorial pelos quilombolas, e uma reserva biológica - Reserva do Rio Trombetas.

As duas áreas são reivindicadas pelos quilombolas e o MPF alegou que já entrou com várias ações pedindo na Justiça o reconhecimento da propriedade das comunidades tradicionais, mas a questão está estagnada há anos na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União.

Governador cria lei de igualdade racial para concursos públicos

SÍTIO GAZETA DE LIMEIRA, 25.01.2015

A medida contribui para a democratização das oportunidades de acesso e inclusão de negros, pardos e indígenas



Cleusa Santos diz que projeto é válido, mas ainda são necessárias mudanças

Vanessa Osava

O governador Geraldo Alckmin sancionou na semana passada, o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2013, que institui o sistema de pontuação diferenciada para negros, pardos e indígenas em concursos do Governo do Estado de São Paulo.

Estudos realizados pelo Estado demonstraram a baixa representatividade desses segmentos nos quadros funcionais do serviço público paulista, em comparação aos percentuais de raça ou cor declarados em pesquisas demográficas. "São Paulo é a terra de todos os povos e etnias. Com essa lei, estamos dando um passo importante para a igualdade de oportunidades", afirmou. Alckmin também destacou outras ações afirmativas adotadas pelo Estado como a pontuação diferenciada nos vestibulares das Etecs e Fatecs, o reconhecimento de áreas quilombolas e a criminalização de qualquer tipo de discriminação.



Mercado Municipal em compasso de espera por obras

SÍTIO DIÁRIO DIGITAL, 25.01.2015

Prefeitura anuncia, mas não começa trabalhos para mudar estrutura viária da região

A prefeitura de Campo Grande anunciou mais uma vez o início das obras no entorno do Mercado Municipal Antônio Valente, o Mercadão. Porém, os trabalhos que deveriam ter começado na semana passada ainda não tiveram início deixando o local novamente em compasso de espera. As obras vão mexer com a estrutura viária de um dos mais tradicionais pontos da cidade. Um das mudanças mais significativas é a construção do calçadão ligando o mercado à Praça Comendador Oshiro Takemori, mais conhecida como Praça do Índio que irá acabar com o tráfego na 7 de Setembro em frente ao estabelecimento. O projeto de mudança viária está no papel desde 2012.

Com as obras, o acesso ao Mercadão será transformado. O portão de entrada no estacionamento na Rua 15 de novembro deixará de existir. O acesso só será possível através da Rua Anhanduí, onde haverá portão com entrada dupla. Na 15 de Novembro, aliás, será instalado um semáforo para os pedestres. "O tráfego do Camelódromo para cá e vice-versa é intenso nos dias de semana. O semáforo vai organizá-lo e assim o trânsito fluirá melhor", explica Daniel Amaral, diretor administrativo do Mercadão.

Com o fechamento da Rua 7 de Setembro, o Mercadão ganhará mais 20 vagas de estacionamento. Além disso, será possível a colocação de quiosques para os clientes lancharem desafogando a lotação interna no estabelecimento. A reforma no interior do estabelecimento foi feita em 2013. "Na parte interna não há mais o que mexer. Já fizemos tudo. Só falta o entorno", menciona Daniel.

Praça do Índio

Na Praça do Índio, a expectativa também é grande. A presidente da Feira Indígena Vanda de Albuquerque explica que unir a área da praça ao Mercadão é uma alternativa para diminuir a presença de usuários de drogas no local. "É que a partir daí haverá cercamento de toda a área. O local não ficará mais aberto e, portanto, mais seguro", diz Vanda.

Atualmente, apenas o estacionamento do Mercadão é cercado. Com o fechamento da 7 de setembro, a cerca será estendida para a Praça do Índio. O projeto prevê ainda construção de um dormitório para os indígenas (a partir da transformação do antigo posto policial), depósito para resíduos, iluminação nova entre outras melhorias. No local, trabalham cerca de 60 famílias indígenas que trazem alimentos para vender na praça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

Daniel Amaral acredita que as obras começarão na semana que vem. "Talvez tenha atrasado porque os técnicos da prefeitura estão estudando o destino das águas pluviais que caem no estacionamento", analisa. O valor das obras é estimado em cerca de R\$ 1,1 milhão, sendo a maior parte da verba de origem federal.

A reportagem do Diário Digital buscou contato com a prefeitura e aguarda retorno sobre os questionamentos em relação às obras no Mercado.



Secretário e superintendente da FUNASA discutem convênio

SÍTIO PLENÁRIO, 26.01.2015

Na manhã desta segunda-feira, 26, o secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (Semarh), Olivier Chagas, recebeu em seu gabinete a visita do superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Lourival Júnior, e equipe. Na oportunidade foi discutido o convênio de Gestão de Recicláveis no Baixo São Francisco assinado entre os dois órgãos no final de 2012, no valor de R\$ 519.389,93, com contrapartida de R\$ 57.709,99.

O convênio visa desenvolver uma política de educação ambiental nos 28 municípios do Baixo São Francisco no que diz respeito à capacitação dos catadores e gestores para a coleta seletiva, como também a conscientização da população sobre o consumo consciente dos recicláveis e em saúde ambiental, que está inserida na Polícia Nacional de Resíduos Sólidos.

Essa conscientização será feita através de encontros e oficinas para catadores, gestores e diversos atores da região: representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Assim como realização de seminários para a população local para que se organize para fazer em casa a coleta seletiva e confecção de cartilhas mostrando como isso deve ser feito.

Está previsto ainda a realização de minicursos regionais de formação, com carga horária de 16 horas cada, em resíduos sólidos, saúde e consumo consciente, definições, segregação, coleta seletiva, tecnologias, reutilização, reaproveitamento, logística reversa, reciclagem, compostagem, aterro sanitário, remediação de áreas degradadas e, sustentabilidade.

Durante a reunião Lourival Júnior destacou o fato da Funasa ser parceira da Semarh na questão dos resíduos sólidos e educação ambiental. Olivier Chagas assegurou que vai se empenhar para o andamento do projeto previsto no convênio e que já na reunião com os membros do Consórcio Público de Saneamento do Baixo São Francisco, a ser realizada no dia 4 de fevereiro, abordará a questão.

Segundo o secretário, o convênio é importante por beneficiar diretamente os catadores, assentados, quilombolas, sindicatos rurais, comunidades indígenas, associações, pescadores, assim como os agentes de saúde.

Participaram ainda da reunião a superintendente de Qualidade Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental da Semarh, Vera Cardoso; a chefe do Serviço de Saúde Ambiental da Funasa, Celma Rocha; e a chefe de seção de Educação em Saúde Ambiental, Giselda Teixeira.

Da assessoria.

No Acre, possível epidemia de Coqueluche matou 11 crianças indígenas em 2014

SÍTIO CIMI, 26.01.2015

De junho a setembro de 2014 11 crianças da Terra Indígena (TI) Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, no Acre, morreram com suspeita de coqueluche. Foram nove crianças do povo Kaxinawá, autodenominado Huni Kui, e duas do povo Ashaninka. Uma das vítimas tinha sete anos de idade, mas a maioria entre um e três meses. Sintomas como cansaço, tosse forte e seca, face arroxeadada e olhos vermelhos foram relatados à equipe do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Cruzeiro do Sul, que visitou as 10 aldeias da TI em dezembro do ano passado.

Localizadas ao longo do rio Breu, as comunidades precisam viajar de canoa a motor até o município de Marechal Thaumaturgo para receberem atendimento médico. Da aldeia mais próxima, São José, à cidade, o percurso dura de oito a 12 horas quando o rio está cheio. Jacobina, a mais distante, na fronteira com o Peru, fica a dois dias de viagem. "No verão, quando o rio seca bastante, podem levar até quatro dias para chegar a Thaumaturgo, percorrendo trechos a pé e tendo que carregar a canoa", explica a missionária Ivanilda Torres.

Não há sistema de comunicação ou água potável nas aldeias (com exceção de Jacobina) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) não oferece transporte e combustível para as emergências. Além disso, as visitas de equipes de saúde às aldeias são esporádicas: em 2014, foram apenas duas. "A doença começou a manifestar-se em abril, mas só em julho, depois da morte de seis crianças é que a Sesai foi até a área. Ainda assim, das dez aldeias visitou apenas três e mandou os pais levarem as crianças de barco para o hospital. Infelizmente duas não suportaram a longa viagem", conta Ivanilda.



O Pólo Base da Sesai em Marechal Thaumaturgo funciona de forma precária. Cristiane de Souza, coordenadora da unidade, explica que são apenas duas equipes para cobrir toda a região, que abrange cinco Terras Indígenas e 1,7 mil pessoas. Cada equipe é formada por um médico, uma enfermeira e dois técnicos de enfermagem. Um dentista e um auxiliar acompanham cada viagem. "É muito difícil alcançarmos todas as regiões. O cartão que temos para comprar combustível muitas vezes não dá nem para enviar a equipe e fazer resgates... as aldeias ficam prejudicadas porque não conseguimos distribuir, e precisam muito, porque, por falta de condições básicas como água potável, as crianças têm diarreia e morrem sem atendimento ou transporte para a cidade".

Rosildo Jaminawa-Arara, Agente Indígena de Saúde, diz que na prática a política de atenção à saúde indígena não existe, mesmo depois de 15 anos de criação do sistema. "Nós somos

CONT.



esquecidos, durante este tempo não houve melhoria nenhuma para nossa região; a Sesai assumiu com a promessa de que o atendimento ia melhorar, mas nunca esteve tão ruim. Se o Agente de Saúde ou a família não tirarem dinheiro do seu bolso para socorrer uma emergência, o paciente morre. Cadê a assistência diferenciada?”.

Em Marechal Thaumaturgo não há Casa de Saúde Indígena (Casai) para oferecer apoio aos pacientes. “Os indígenas, ao chegarem à cidade, ou pagam por hospedagem ou mendigam um cantinho nos barcos ancorados na beira do rio, sendo muitas vezes expulsos e humilhados pelos proprietários dos barcos”, diz Ivanilda.

Na época do surto da doença alguns indígenas não conseguiram nem mesmo atendimento no hospital. Assis Huni Kui, da aldeia São José, de 63 habitantes, desceu o rio no mês de julho em busca de tratamento junto com 12 crianças, entre filhos e sobrinhos, algumas passando muito mal. Em Marechal Thaumaturgo, “A triagem do hospital não deixou passar no médico, disseram que era uma tosse comum. Voltei para a comunidade e dias depois meu sobrinho de dois meses morreu. Ele tossia muito, o rosto estava roxo e os olhos vermelhos. As outras crianças que tinham a tosse também ficavam assim. Para nós essa doença é a tosse braba”, diz Assis.

O diagnóstico da coqueluche ainda não foi confirmado, mas os sintomas se assemelham muito aos da doença. Siã Huni Kui, professor e liderança, disse que na aldeia Jacobina, composta por 78 pessoas, todas as crianças e também alguns adultos ficaram doentes. “Nas crianças de mais idade e nos adultos não foi tão forte, mas os bebês sofreram muito”. Sua comunidade também procurou tratamento na cidade. “Enfermeiros da Sesai disseram que não era tosse braba, alguns médicos do hospital também, mas uma médica que internou nossas crianças disse que embora os exames não tenham confirmado a coqueluche, era o único tratamento que estava dando resultado”.



Quilombolas recebem autorização para explorar castanhais no Pará

SÍTIO PORTAL EBC, 25.01.2015

Termo de Compromisso assinado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) autoriza quilombolas da Reserva Biológica do Rio Trombetas, em Oriximiná, no oeste do Pará, a continuarem explorando os castanhais da área.

A pedido do Ministério Público Federal, o ICMBIO prorrogou o termo que ordena o uso dos castanhais pelas comunidades quilombolas. O documento deve valer até que seja apresentada uma solução sobre a regularização territorial da área.

Segundo o MPF, na região onde estão as comunidades quilombolas, há uma floresta nacional -a Flona Saracá-Taquera -, instituída depois da ocupação territorial pelos quilombolas, e uma reserva biológica - Reserva do Rio Trombetas.

As duas áreas são reivindicadas pelos quilombolas e o MPF alegou que já entrou com várias ações pedindo na Justiça o reconhecimento da propriedade das comunidades tradicionais, mas a questão está estagnada há anos na Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União.



Projeto São Francisco construirá casas para 98 famílias quilombolas em Pernambuco
SÍTIO PLANETA OSASCO, 26.01.2015

Do Ministério da Integração Nacional

As casas de taipa de 98 famílias quilombolas de Pernambuco serão substituídas por construções de alvenaria nos municípios de Cabrobó, Carnaubeira da Penha e Mirandiba, no sertão do estado. A ação é promovida pela parceria entre Ministério da Integração Nacional – que gerencia o Projeto de Integração do Rio São Francisco – e Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os contratos foram assinados na última semana, em Recife (PE).

As famílias quilombolas beneficiadas residem na região de abrangência dos canais do Eixo Norte e do Eixo Leste da maior obra de infraestrutura hídrica do País. A expectativa é que as novas moradias, cuja entrega está prevista para 2016, contribuam com as condições de saúde dessas populações tradicionais, especialmente no que diz respeito à diminuição da incidência da doença de Chagas – casas de taipa favorecem a proliferação do barbeiro, transmissor da enfermidade.

A parceria para a execução dos Programas Básicos Ambientais do Projeto de Integração do Rio São Francisco já garantiu a entrega de 588 casas. As obras custarão R\$ 2,8 milhões. Com a construção das 98 residências restantes, o Ministério terá concluído ação prevista no programa 12 (Desenvolvimento de Comunidades Indígenas) e no programa 17 (Desenvolvimento de Comunidades Quilombolas).

Projeto São Francisco

Orçado em R\$ 8,2 bilhões, o Projeto de Integração do Rio São Francisco prevê recursos de quase R\$ 1 bilhão para programas básicos ambientais, em conformidade com as condicionantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

As ações desenvolvidas pelos 38 programas ambientais do projeto possibilitam o conhecimento aprofundado do bioma caatinga, não só no âmbito da fauna e da flora, mas também em diversos aspectos econômico-sociais, arqueológicos e na melhoria de condições de vida de comunidades indígenas e quilombolas na área de impacto do projeto.

O projeto é a mais relevante iniciativa do Governo Federal dentro Política Nacional de Recursos Hídricos. O objetivo é garantir a segurança hídrica para 390 municípios no Nordeste Setentrional, onde a estiagem ocorre frequentemente, beneficiando mais de 12 milhões de habitantes.



União deve indenizar fazendeiros em terras com índios, diz Justiça

SÍTIO CEDEFES, 26.01.2015

Iniciada após a Guerra do Paraguai (1864-1870), a disputa de terras entre índios e fazendeiros no Mato Grosso do Sul segue sem solução.

Neste mês, a 2ª Vara Federal em Dourados (MS) determinou que sejam demarcadas sete terras, englobando cerca de 40 aldeias guaranis. Enquanto não são indenizados, os produtores seriam pagos, a preço de mercado, pelo uso das terras usadas por índios.

Caso haja descumprimento, o dinheiro será bloqueado do Orçamento da União, e o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, responderá por crime de responsabilidade. O ministério informou que recorrerá da decisão.

A intenção da pasta é resolver o problema em mesas de negociação -ou de "diálogo", como dizem os índios.

A decisão responde a termo de compromisso celebrado -mas nunca cumprido- em 2007, entre Funai (Fundação Nacional do Índio) e MPF (Ministério Público Federal).

A demarcação envolve, por exemplo, os 14 mil guarani-kaiová da reserva de Dourados e os que ocuparam fazendas da área. Como outras etnias, eles foram expulsos pela União e realocados em reservas ou acampamentos.

Editoria de Arte/Folhapress

OUTRAS DEMARCAÇÕES

Para o MPF em Dourados, autor da ação, a sentença pode nortear outras demarcações no Estado e no Brasil.

O Ministério da Justiça, por sua vez, diz ser "impossível" que estudos necessários se realizem no prazo e que a imposição pode criar novos atritos. "[A decisão] não soluciona nem pacifica", diz Marcelo Veiga, assessor da pasta.

A Famasul (Federação de Agricultura e Pecuária de MS) "analisa a possibilidade de recorrer" e diz que os fazendeiros "não foram questionados" sobre receber por arrendamento. Para Gustavo Passarelli, advogado da entidade, invasores devem ser retirados.

O Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que defende indígenas, é favorável. "É uma falácia criminosa dizer que mesas vão ser solução. Não se negocia direito dos índios", defende o coordenador da entidade, Flávio Carvalho.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

O Ministério da Justiça diz que pretende conduzir novas demarcações após concluir o impasse da terra indígena Buriti, em Sidrolândia (MS). A área, com cerca de 30 propriedades rurais, ficou conhecida quando o indígena Oziel Gabriel foi morto numa reintegração de posse em 2013.

No fim de 2014, União e proprietários fizeram acordo para que tudo seja decidido em conciliação, após avaliação dos terrenos por peritos. Veiga, do ministério, considera a possibilidade de desapropriação para os fazendeiros que não fecharem acordo. Ele espera que a situação se resolva ainda neste ano.

Fonte: Folha de São Paulo.



Depois da estagnação na reforma agrária, indicação de Kátia Abreu reforça opção do Governo Dilma pelo agronegócio. Entrevista especial com Gerson Teixeira
SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 26.01.2015

"As afirmações da ministra refletem o pensamento conservador que decreta a intempestividade da reforma agrária ante a realidade rural da atualidade", destaca o agrônomo.

Por Ricardo Machado e João Vitor Santos, IHU

Passados 12 anos do governo petista, pouco ou quase nada se avançou no tema reforma agrária. Agora, em nome do presidencialismo de coalizão, o novo governo Dilma inicia com aliados que sempre foram ícones na defesa do agronegócio – vide a ministra da Agricultura Kátia Abreu. Diante desse cenário, é possível ainda acreditar em avanços nos temas relacionados à posse da terra?

Em entrevista concedida por e-mail à IHU On-Line, o engenheiro agrônomo e integrante da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Gerson Teixeira, afirma: "Os desafios são os mesmos de sempre, agravados, neste período histórico, pelos efeitos da hegemonia do agronegócio que, mesmo não conseguindo interditar totalmente essa agenda, conseguiu represá-la", avalia. Hegemonia essa que se reforça tendo no governo figuras como a ministra da Agricultura que, nos primeiros dias na pasta, evidenciou suas preferências ao afirmar que não existe latifúndio no Brasil. "Esse engajamento incorpora discurso carente de consistência científica, ao pegar níveis de excelência da eficiência econômica do agronegócio".

Teixeira reconhece alguns avanços ao longo da gestão petista, destacando ações da bancada do PT pelo fim do latifúndio. "Contudo, os conservadores conseguiram evitar a eficácia desse dispositivo ao enfiarem no texto da Constituição que lei específica garantiria tratamento especial à propriedade produtiva e fixaria normas para o cumprimento da sua função social. Até hoje não se toca nesse assunto no Congresso". pondera. Na prática, a legislação segue emperrando análises mais eficazes sobre a produtividade e as pequenas propriedades continuam sendo preteridas às demandas dos grandes produtores.

O problema também se acentua quando se traz ao debate questões de terra para índios e preservação de áreas naturais. "Na atualidade, as terras dos povos indígenas, as unidades de conservação, os territórios quilombolas, bem como as áreas do programa de reforma agrária foram transformadas em alvo da voracidade por mais terras pelo agronegócio que está sob o controle do capital financeiro internacional."

No entanto, em contrapartida, Gerson Teixeira avalia positivamente a figura de Patrus Ananias no Desenvolvimento Agrário. "Por suposto ele não terá facilidades para viabilizar uma

CONT.



estratégia de ação que consiga de fato redirecionar a agricultura familiar e camponesa para uma realidade de sustentabilidade econômica e de protagonismo concreto da segurança alimentar e nutricional do país”, complementa.

Gerson Teixeira é engenheiro agrônomo, especialista em desenvolvimento agrícola pela Fundação Getúlio Vargas – FGV/RJ. Também é ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA. Confira a entrevista.

IHU On-Line – Quais os desafios para a reforma agrária no Brasil em 2015?

Gerson Teixeira – Os desafios são os mesmos de sempre, agravados, neste período histórico, pelos efeitos da hegemonia do agronegócio que mesmo não conseguindo interditar totalmente essa agenda, graças às lutas dos trabalhadores rurais e às resistências por alguns setores do governo, conseguiu represá-la. Os agravantes desse fato não ficam restritos aos desdobramentos da perpetuação das desigualdades nas áreas rurais do país. Mas concorrem para cenários hídricos (e ambientais em geral) cada vez mais assombrosos, e projetam quadro severo de insegurança alimentar no Brasil com o avanço do processo de aquecimento global. Tudo, por 100 bilhões de dólares em exportações.

IHU On-Line – Como o senhor avalia, historicamente, a gestão desta pauta pelo Partido dos Trabalhadores?

Gerson Teixeira – A questão agrária brasileira, em geral, sempre constou do núcleo da agenda do Partido notadamente com os avanços na organização dos movimentos sociais do campo a partir da redemocratização do país. Na Constituinte, a pequena, mas aguerrida Bancada do PT propôs o fim do latifúndio no país. Não foi possível, mas teve papel de relevo para consagrar no Estatuto Federal avanços como a exigência de um conceito mais substantivo da função social para dar legitimidade à grande propriedade rural. Contudo, os conservadores conseguiram evitar a eficácia desse dispositivo ao enfiarem no texto da Constituição que lei específica garantiria tratamento especial à propriedade produtiva e fixaria normas para o cumprimento da sua função social. Até hoje não se toca nesse assunto no Congresso. Assim, restou a possibilidade de desapropriação somente da grande propriedade improdutivo. À medida que, associadamente, avalia-se a produtividade dessas áreas com coeficientes técnicos de 40 anos atrás, ficou difícil encontrar grandes imóveis rurais improdutivos nas áreas de colonização antiga.

Na década de 1990 até o início da década de 2000, o PT teve atuação ainda mais destacada na temática agrária. Foi através da intensa oposição aos governos da época, do PSDB em especial, graças às atuações da Secretaria Agrária Nacional, e do Núcleo Agrário da Liderança da Bancada na Câmara dos Deputados. Essas instâncias do Partido o envolveram de forma absoluta nas lutas dos trabalhadores rurais vitimados pelos conflitos no campo, incluindo as ações de solidariedade e de denúncia internacional de tragédias como as de Eldorado de Carajás e Corumbiara. Enfim, com um maior número de parlamentares vinculados aos trabalhadores rurais, notadamente a Bancada do PT na Câmara atuou em linha com os

CONT.



movimentos do campo, na resistência intelectual e nas lutas pelo enfrentamento da questão agrária brasileira.

IHU On-Line – Quais foram os avanços e os retrocessos da Reforma Agrária no Brasil nos últimos 15 anos?

Gerson Teixeira – O programa de assentamentos tem tido natureza reativa aos conflitos sociais e às pressões das organizações do campo. Daí a sua marca espacialmente fragmentada, porém concentrada de forma excessiva nas áreas de expansão da fronteira agropecuária. Portanto, o programa não tem sido resultado de um planejamento estratégico do Estado com vistas a resgatar as condições estruturais para um projeto para o Brasil livre dos efeitos sistêmicos do quadro de deformações da estrutura de posse e uso da terra do país.

Nesses termos, contabiliza-se para o programa a conquista de cerca de 80 milhões de hectares para os trabalhadores assentados. Não se pode negar a importância dessa conquista. Mas, uma crítica de cunho estruturante apontaria que essas terras, além de majoritariamente de origem pública – o que equivale a dizer que o programa não afetou a concentração da propriedade fundiária – as famílias beneficiárias, na maior parte, não obtiveram do poder público as condições para uma sobrevivência com dignidade no campo. Sem a devida musculatura econômica, essas unidades produtivas estão à mercê da sanha por mais terras dos fazendeiros do agronegócio. Tanto que no intuito de evitar o desvio de finalidade das áreas do programa foi aprovada a Lei nº 13.001, de 2014, derivada de iniciativa do governo, por Medida Provisória – MP, que pretende dificultar a transferências dessas áreas para o domínio privado. Contudo, mesmo que por vias precárias, ou não legais, essas áreas continuarão sendo transferidas pelos assentados caso não lhes sejam garantidas condições razoáveis de sobrevivência econômica e de bem estar social.

Considero que de todos os retrocessos no plano institucional, o maior de todos foi a edição da Medida Provisória nº 2.183, de 2001 cujo texto se mantém incólume até a presente data. Essa MP encarece abusiva e indevidamente o programa, inviabilizando para o Tesouro a possibilidade de uma ação massiva de reforma agrária, inviabiliza o seu principal instrumento, a desapropriação, criminaliza as lutas sociais e suas lideranças e transforma o programa de reforma agrária em excelente negócio para os latifundiários.

IHU On-Line – Tentando avançar no extenso debate sobre a escolha de Kátia Abreu para o Ministério da Agricultura, que tipo de modelo de agricultura é evocado a partir de sua escolha como ministra? Em síntese, o quê e quem ela representa?

Gerson Teixeira – É claro que a nova ministra da Agricultura é reconhecida por uma militância política intransigente em defesa dos interesses dos setores ultraconservadores das áreas rurais. É legítimo, mas esse engajamento incorpora discurso carente de consistência científica, ao pegar níveis de excelência da eficiência econômica do agronegócio. Com as suas declarações de chegada (não existe mais latifúndio improdutivo; críticas às demandas pela atualização dos índices de produtividade para a aferição da produtividade das terras), a

CONT.



ministra teve o mérito de expor alguns embates internos no governo, desde Fernando Henrique Cardoso, que têm sido represados por razões óbvias.

Analisando a partir do quadro atual, temos que, por conta de um governo de coalisão, mas com uma base política majoritariamente alinhada com o agronegócio, algumas concepções sui generis que passaram a prevalecer. Uma delas garante a coexistência dos modelos de agricultura empresarial de larga escala, com pequenas unidades produtivas baseadas no trabalho familiar. Esse é um falso debate, vez que na verdade se trata de um mesmo modelo de agricultura para o qual a agricultura familiar vem sendo direcionada pelos efeitos da geração de políticas de fomento produtivo tendo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – Pronaf como carro-chefe. Trata-se de um padrão de agricultura que destrói a biodiversidade, recurso absolutamente estratégico para a segurança alimentar no futuro, intensiva em capital e energia, que igualmente destrói e contamina o meio ambiente. Um modelo, enfim, que produz muita commodity para exportação e pouca comida para os brasileiros.

Da mesma forma, as afirmações da ministra refletem, em última instância, o pensamento conservador que decreta a intempestividade da reforma agrária ante a realidade rural da atualidade. Não haveria mais uma questão agrária a ser enfrentada no Brasil. Na realidade, trata-se da maior das mistificações que tem como alvo a desmobilização social e institucional pela reforma agrária. A ministra corrobora teses de intelectuais e lideranças do agronegócio, segundo as quais a partir da década de 1990 houve o 'divisor de águas em nossa história rural'. No discurso desses setores, por conta do estágio alcançado de supremacia do capital entre os fatores de produção, a terra teria perdido relevância no processo de acumulação. Igualmente o Estado teria perdido importância no suporte da dinâmica da atividade agrícola do agronegócio. Teríamos então, uma agricultura economicamente autossustentável e, preferencialmente, autorregulável.

Os fatos não sustentam os discursos. Nos últimos dez anos, os ganhos patrimoniais proporcionados pelo aumento dos preços da terra para os grandes proprietários foram fabulosos conforme atesta recente estudo do Banco do Brasil sobre o tema. De outra parte, nos dias presentes, níveis positivos de rentabilidade para as atividades no interior da base primária do agronegócio dependem direta e ostensivamente do Estado, por meio da concessão de subvenções econômicas e financeiras crescentes, de permissividades regulatórias em várias esferas que em sua maioria confrontam direitos de minorias e coletivos fundamentais. Em suma, com os outputs e inputs sob o controle absoluto dos oligopólios do agronegócio, as grandes fazendas passaram a ter uma natureza econômica paraestatal.

Vale destacar que a disparada dos preços internacionais de algumas commodities agrícolas desde 2004, mantida com inflexões até a presente data, não resultou, na média, em ganhos de rentabilidade econômica pelas atividades agropecuárias dentro das grandes fazendas. Foi alterada, sim, a tendência de longo prazo de queda dos preços reais dos produtos agrícolas, sem o aumento da rentabilidade.

CONT.



Subvenções para o agronegócio

Tomemos como exemplar o caso da economia agrícola dos Estados Unidos, onde as fazendas são as mais tecnificadas e competitivas do mundo. De 2005 a julho de 2014, justamente o período que inclui os momentos de pico do boom dos preços agrícolas, o Índice de Preços Recebidos pelos produtores americanos superou o Índice de Preços Pagos em apenas 11, dos 38 trimestres do período considerado (cultivos). Significa que, na maior parte do período, o incremento dos preços recebidos pelos agricultores com as vendas dos seus produtos foi menor do que o dos preços pagos pelos insumos e serviços.

O Departamento de Agricultura dos EUA informa que comparando os dispêndios com o consumo intermediário nas fazendas (insumos, serviços, etc) entre os dez anos anteriores a 2004 com os dez anos após, constata-se que, de 1993 a 2003, esses gastos alcançaram, em média, 86 mil 479 dólares. Já, de 2004 a 2013 os gastos médios foram de 134 mil 310 dólares. Ou seja, de um período para o outro o crescimento dos gastos produtivos médios, por fazenda nos EUA, foi de 55%. Isso que, na década de 1993 a 2003, a taxa média de crescimento desses gastos foi de 0.64% ao ano, saltando para 5.7% ao ano, no período de 2004 a 2013. Portanto, um incremento excepcional nos custos de produção.

Os fenômenos acima antecipam projeções de renda preocupantes para as fazendas americanas. Assim, deverá pressionar os cidadãos daquele país por aportes progressivamente maiores de apoio à atividade agrícola. Projeções do Departamento de Agricultura dos Estados USDA, de dezembro de 2013, apontam a tendência de encolhimento da renda agrícola líquida nas fazendas.

Assim, nas condições acima, cada vez mais os Estados nacionais têm desempenhado papel nevrálgico para a sustentação econômica das fazendas do agronegócio. Isso vem se dando pelas subvenções diretas à atividade, concessões regulatórias e, por via indireta, com o protecionismo.

Estudo da Organização para Cooperação do Desenvolvimento – OCDE atesta que, na média, 18% da renda dos agricultores dos países desenvolvidos são provenientes de subvenções. Tem nações nas quais essa participação chega a 65%.

A China foi o país que mais aumentou os gastos com subsídios agrícolas no período recente. Até 2008, ano em que eclodiu a crise econômica global, o máximo que os chineses haviam gasto com subsídios foi cerca de 60 bilhões de dólares em 2007. Desde então, até 2012, o incremento desses dispêndios foi de 183%.

No Brasil as subvenções diretas para a agricultura empresarial medidas pelo PSE (Percentage Producer Support Estimate – PSE, indicador criado pela OCDE), saltaram de três bilhões de dólares em 2004, ano de início da alta dos preços agrícolas, para 10 bilhões de dólares em 2010 (OECD.Stat). Na posição atual, esse valor significaria cerca de 22 bilhões de Reais em subsídios no crédito e em gastos tributários.

CONT.



Considerando os dados do PIB da agricultura a preços de dezembro de 2013 (CEPEA/USP), temos que os gastos com subsídios agrícolas no Brasil saltaram do correspondente a 5,05% do PIB agrícola em 2004 para o equivalente a 15% em 2010. Portanto, um salto significativo nas subvenções declaradas à agricultura empresarial. Então, não passa de uma grande falácia a tese ruralista sobre a eficiência econômica do agronegócio e da 'saída à francesa' do Estado na sustentação do setor.

IHU On-Line – Qual a importância de Patrus Ananias no Ministério do Desenvolvimento Agrário? É um contraponto à perspectiva de Kátia Abreu?

Gerson Teixeira – A expectativa é muito positiva. A trajetória política do ministro, notadamente na militância no PT, como prefeito de Belo Horizonte e ministro do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, o credenciam para uma boa gestão à frente do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. Além disso, o ministro Patrus certamente conta com o apoio pleno dos movimentos sociais do campo e mantém estreita relação com a Igreja católica.

Por suposto ele não terá facilidades para viabilizar uma estratégia de ação que consiga de fato redirecionar a agricultura familiar e camponesa para uma realidade de sustentabilidade econômica e de protagonismo concreto da segurança alimentar e nutricional do país. Terá mais dificuldades ainda para emplacar as ideias que defendeu na sua posse para a política agrária. Mas as dificuldades são naturais, o que não pode ser natural é a acomodação e a rendição política.

IHU On-Line – De que maneira a questão indígena, assunto delicado e que o Estado parece não saber bem como lidar, se relaciona com a questão agrária no Brasil?

Gerson Teixeira – A questão indígena é uma dimensão das mais importantes da questão agrária brasileira. Na atualidade, as terras dos povos indígenas, as unidades de conservação, os territórios quilombolas, bem como das áreas do programa de reforma agrária foram transformadas em alvo da voracidade por mais terras pelo agronegócio que está sob o controle do capital financeiro internacional.

Graças ao PT e setores do governo, os ruralistas ainda não conseguiram êxito nas suas lutas por transferir para o Congresso a prerrogativa das demarcações das terras indígenas. No entanto, já conseguiram atos que reduziram sobremaneira as áreas de algumas Unidades de Conservação. Na verdade, os ruralistas também perderam importante batalha no Supremo Tribunal Federal – STF. Pretendiam estender para todos os casos os termos da Raposa Serra do Sol. O Estado tem oscilado as suas posições ao não efetivar as demarcações que precisam ser feitas. Mas, ao mesmo tempo, por conta da sensibilidade da temática indígena, tem barrado algumas iniciativas dos ruralistas.

A ministra da Agricultura também aproveitou a exposição propiciada pelo cargo para intensificar a carga sobre os índios, acusados pelos ruralistas de possuírem muita terra e de

CONT.



estarem invadindo terras produtivas. Mais uma vez, os dados desmentem o discurso. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, das 130 mil e 500 grandes propriedades rurais, 69 mil 200 são improdutivas. Estas detêm 228 milhões e 500 mil de hectares (posição de 2010). A área é mais de duas vezes superior ao conjunto das áreas indígenas no país, estimado em 112 milhões de hectares. Ou seja, considerando a população total de 818 mil indígenas (dados da Fundação Nacional do Índio – FUNAI), conclui-se que os índios ocupam 137 hectares per capita, enquanto cada latifundiário improdutivo ocupa 3 mil e 300 hectares.

IHU On-Line – Em que medida o Direito à Propriedade viola os Direitos Humanos?

Gerson Teixeira – Viola num cenário de propriedade absoluta como praticamente acontece no Brasil. Não é à toa a pregação do novo ministro do MDA pela efetividade do cumprimento da função social pela grande propriedade rural, exigência constitucional que na prática não vem sendo observado no Brasil. No nosso país são comuns ocorrências nos grandes imóveis, de trabalho escravo, de contaminação e destruição generalizadas dos recursos naturais e de propriedades com extensões continentais. Ainda assim, não são expropriados, e mesmo a desapropriação ocorre apenas quando não cumprem os parâmetros que aferem se os imóveis são produtivos ou não.

Contudo, o cumprimento pleno dos graus e critérios que definem a função social conforme consta na Constituição Federal por certo garantiria um padrão mais civilizado para a legitimação da propriedade fundiária no Brasil. Mas, considero indispensável o aprofundamento desse conceito de sorte a que inclua, também, um limite para o tamanho da propriedade. Na esquizofrenia institucional brasileira, temos a pequena propriedade como aquela com área equivalente a até quatro Módulos Fiscais – MF, a média propriedade como o imóvel acima de 4 MF até 15 MF. Parou aí. Ou seja, foram estabelecidos limites de área para os imóveis de tamanhos pequeno e médio e se omitiu o limite para a grande que vai de acima de 15 MF ao infinito.

De todo o modo, fazer valer o princípio da função social para os imóveis rurais não é apenas a premissa básica para se começar a incidir de forma efetiva na questão agrária brasileira. É, também, um tema nuclear da agenda dos direitos humanos no Brasil.



Indígena é aprovada para medicina em duas universidades federais

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Jovem de MS passou na federal de São Carlos (SP) e de Santa Maria (RS).
Ela sonha em voltar formada para atender população indígena da aldeia.*



Dara passou para medicina em duas universidades federais (Foto: Reprodução/ TV Morena)

Filha de uma professora e moradora da aldeia Tey Kuê em Caarapó, a 264 km de Campo Grande, a jovem indígena de Mato Grosso do Sul, Dara Ramires Lemes, 19 anos, foi aprovada para o curso de medicina em duas universidades federais do país. A estudante da etnia guarani ficou em primeiro lugar no vestibular da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFMR).

Segundo a estudante, o vestibular de Santa Maria foi por cota, reservada só para indígenas. "Ofertaram duas vagas e eu me dei bem, fiquei com o primeiro lugar. Já na UFSCAR, eles fizeram vestibular específico para indígenas. Só os que comprovaram residir em aldeias participaram daquele vestibular. Foram 67 indígenas por vaga e, graças a Deus, eu consegui", comemorou.

CONT.



A gatora conta que estudou a vida toda na escola da aldeia. Depois de concur o ensino médio, ela fez cursinho por dois anos e também reforçou os estudos em casa, totalizando cerca de 10 horas de dedicação por dia. O esforço valeu a pena e trouxe uma conquista inesperada por ela e pela família: a aprovação, em 1º lugar, em duas faculdades federais de medicina.

Segundo sonho

Antes de alcançar as duas aprovações, a estudante se destacava como jogadora de futebol. Ela lembra que chegou a jogar na equipe feminina do clube de futebol Atlético Mineiro, em Belo Horizonte (MG), após de participar de uma seletiva. Depois de morar dois anos na cidade mineira e atuar no time, ela voltou para a aldeia Tey Kuê, em Caarapó.

Ela decidiu abrir mão do futebol e trocar a bola pelos livros. Agora o esporte virou lazer e os estudos são prioridade. A mãe da menina, Zenir Lemes Ramires, é professora e teve papel fundamental no apoio aos estudos, segundo Dara. "Ela começou a ser alfabetizada aos 4 anos. É uma menina intelectual, que gosta de estudar, que gosta de correr atrás, buscar resultados. Ela é bem esforçada e eu ajudava também", lembrou a mãe da estudante.

Em casa, a estudante virou motivo de orgulho, principalmente para o irmão mais novo, Dário Ramires. "Minha irmã sempre foi esforçada, sempre via ela estudando dia e noite, se esforçando muito, chegando do cursinho e estudando mais. Sempre foi minha inspiração", afirmou Dário.

A estudante escolheu cursar medicina em Santa Maria. Depois de realizar dois sonhos, de jogar futebol e ser aprovada em medicina, Dara faz planos para concretizar a terceira meta, que é voltar formada para trabalhar como médica no posto de saúde da comunidade onde mora.

"Com certeza vou voltar na minha reserva e ajudar os outros indígenas e tratar eles bem, porque eles necessitam. Eles têm uma certa dificuldade de comunicação e, tendo uma profissional nessa área, sendo indígena, eles vão conseguir se abrir mais comigo. Vou poder ajudar melhor eles", explicou.



INSS realiza mais de 60 ações em aldeias indígenas em Roraima

SÍTIO PORTAL BRASIL, 26.01.2015

Equipe orienta população com palestras, panfletagens, habilitação de benefícios e prestação de serviços previdenciários

por Portal Brasil

A equipe itinerante do Programa de Educação Previdenciária (PEP) da Gerência-Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em Boa Vista (RR) realizou mais de 60 ações em comunidades indígenas e áreas rurais de Roraima em 2014. As ações beneficiaram aproximadamente sete mil segurados da Previdência Social.

Ao todo, mais de 30 comunidades, dos 15 municípios do estado, receberam a visita do INSS. A equipe itinerante orienta a população com palestras, panfletagens, habilitação de benefícios e prestação de serviços previdenciários.

De acordo com o gerente-executivo do INSS, Antonio Edilton Quinto do Rosário, a Previdência Social tem a missão de levar os serviços e benefícios previdenciários a todos os trabalhadores e segurados brasileiros que residem nos mais remotos pontos do território nacional.

Durante as ações, o INSS realiza atendimento de habilitação de benefícios como pensão por morte, aposentadoria por idade e por tempo de contribuição, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão, benefícios assistenciais, inscrição no INSS, agendamento, entre outros serviços e benefícios previdenciários.

Em uma das ações, a indígena Ecilia Martins Augusto, 42 anos, acompanhada do marido e cinco filhos, saiu da comunidade Ingaricó Awendei e andou a noite inteira para buscar o atendimento previdenciário na Comunidade Manalai.

Quando a família chegou ao local, a equipe do INSS já estava na pista de pouso aguardando o retorno do avião. Vendo a dificuldade da família, de imediato os servidores atenderam a indígena, e concederam o salário-maternidade do seu filho mais novo.

De acordo com a Funai, em Roraima são mais de 62 mil indígenas vivendo em 32 áreas homologadas como terras indígenas. Dos quais, 25 mil são da etnia Yanomami.

A maioria das ações de atendimento realizadas pelo INSS nas comunidades indígenas é realizada em parceria com outras instituições como a Justiça Itinerante, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Governo do Estado de Roraima, entre outras.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

As comunidades indígenas atendidas são Boca da Mata, Surucucú, Maturuca, Tigre, Pato, Flexal, Maracananzinho I, Maracananzinho II, Água Fria, Manóa, Maloca da Malacacheta, Vila União, São José, Vilhena, Vila São Francisco, sede do Uiramutã, Yanomami, comunidade do Araçá, Taboca, Sucuba, Raimundão, Maloca da Raposa, Contão, Paredão, Itã, Serra Dourada, Vila Moderna, Maloca da Roça, Maruai, Xiriri, Comunidade da Lagoa, Monte Cristal, Caranguejo e Perdiz.

Fonte: Blog da Previdência.

Escritor lança livros sobre botocudos em Vitória, ES

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*Obra conta a trajetória dos índios na região de Colatina.
Lançamento acontece na quinta (29), às 19h.*



Livro reúne mais de 200 fotos das tribos (Foto: Álbum do Espírito Santo/ Divulgação)

Do G1 ES

O escritor José Luiz Pizzol vai lançar, na quinta-feira (29), o livro 'Botocudos de Colatina e região', às 19h, na Biblioteca Pública do Espírito Santo, em Vitória. A obra é um resgate da memória de indígenas que viveram na região do município do Noroeste do Espírito Santo e perderam espaço com o processo civilizatório. A entrada é gratuita e a obra será vendida por R\$ 30.

O livro abrange desde o período em que os botocudos viviam errantes pelas matas do Rio Doce até a inserção no cotidiano dos aldeamentos, quando a população já se restringia a poucas dezenas de indivíduos.

A parte imagética da obra, com mais de 200 registros, contém praticamente todas as fotos de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

botocudos obtidas nos séculos XIX e XX por pesquisadores e fotógrafos em suas passagens pelos aldeamentos de Pancas e Mutum e pela foz do Rio Pancas, área atualmente ocupada por alguns bairros de Colatina.

Serviço

Lançamento do livro 'Botocudos de Colatina e região', do escritor José Luiz Pizzol

Data: 29 de janeiro

Horário: 19 horas (quinta-feira)

Local: Biblioteca Pública do Espírito Santo - Avenida João Batista Parra, 165, Praia do Suá - Vitória

Entrada gratuita. O livro estará a venda por R\$30

Awá-Guajás fazem contato após ameaças de madeireiros, diz ONG

SÍTIO GLOBO.COM (G1), 26.01.2015

*No Maranhão, três índios de tribo isolada fizeram contato com outra aldeia.
Segundo ONG, últimos 100 'Awás' isolados correm risco de dizimação.*



Indígenas awás-guajás que vivem no Maranhão
(Foto: Madalena Borges / CIMI-MA)

Três indígenas da tribo Awa-Guajá, que vive isolada no oeste do Maranhão, fizeram contato para pedir auxílio contra as ameaças de madeireiros, segundo informações da ONG Survival International, que defende os pelos direitos dos povos indígenas, divulgadas no dia 21 de janeiro.

De acordo com a ONG, no dia 7 de janeiro, a indígena Mihaxa'a, da aldeia Tiracambu, revelou que "os isolados", referindo-se aos awa-guajás, "estavam cercados por madeireiros" e decidiram fazer contato com outros povos, conforme relato de uma equipe de voluntários do Conselho Indigenista Missionário Regional Maranhão (Cimi-MA).

Os "awás" que fizeram contato foram Amakaria (mulher), Jakarewÿj (mulher) e Irahoa (homem), filho de Jakarewÿj. Amakaria teria contado que vários parentes teria sido contatados por uma equipe do governo brasileiro entre as décadas de 1980 e 1990, mas decidiram viver isolados na floresta.

Ameaças

Segundo informações da ONG, aproximadamente 100 Awás isolados correm risco de dizimação por causa da ameaça de fazendeiros, madeireiros e mineradores. Em janeiro de 2014, o governo brasileiro realizou operação para retirar posseiros ilegais dos territórios indígenas do Maranhão.

Agora, a ONG reclama a existência de um plano de proteção de longo prazo para o território. "Todas as tribos isoladas enfrentam a catástrofe, a não ser que suas terras sejam protegidas, e a história de Amakaria é prova de que os Awá isolados estão vivendo no fio da navalha. Em 2014, a campanha global pressionou o Brasil para expulsar os madeireiros da terra Awá, mas é

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

vital que o trabalho não parar. Para que os Awá isolados tenham uma possibilidade de sobreviver, sua terra deve ser devidamente protegida", disse o diretor da Survival Stephen Corry.



União deve indenizar fazendeiros por áreas ocupadas por índios em MS

SÍTIO CONJULTOR JURÍDICO, 26.01.2015

A Justiça Federal de Dourados (MS) determinou que a União indenize os fazendeiros da região centro-sul de Mato Grosso do Sul que tiveram suas terras ocupadas por índios. O valor a ser pago deve ser o praticado pelo mercado e o pagamento deverá ser feito até que a União "cumpra seu dever fundamental" de demarcar as terras indígenas no estado.

O juiz deu um prazo de 30 dias para que a decisão seja cumprida. Caso isso não aconteça, o ministro da Justiça poderá responder pelo crime de responsabilidade e haverá bloqueio, no orçamento da União, dos recursos necessários para pagar os fazendeiros prejudicados pelas ocupações.

A decisão foi tomada após o Ministério Público Federal executar judicialmente o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2007, pelo qual a Fundação se comprometeu a demarcar as terras indígenas em MS até junho de 2009.

Em 2010, a Funai enviou ao MPF justificativa pelo descumprimento do acordo e apresentou novo cronograma, destacando que iria providenciar os recursos humanos e materiais necessários. Porém, até o momento, publicou apenas um dos diversos relatórios antropológicos pendentes. Diante do atraso, em 2011 o MPF executou judicialmente o TAC.

Para o MPF, a situação de vulnerabilidade a que estão submetidos os indígenas "ocasiona prejuízos incalculáveis, com a perda de aspectos culturais e da própria vida de índios". Por outro lado, os proprietários de terras, legitimamente adquiridas e que podem vir a ser consideradas de ocupação tradicional indígena, "vivem uma situação de grave insegurança jurídica, com a desvalorização das áreas e a dificuldade de empreender atividades econômicas".

A decisão afirma que a inércia da Funai e da União "demonstra desrespeito à Constituição, ao Ministério Público Federal, ao judiciário, mas, sobretudo, às populações indígenas do Brasil". Quando assinou o TAC, em 2007, a Funai reconheceu a omissão em relação à demarcação de terras indígenas no estado. Por isso, basta ao juiz receber a petição do MPF e ordenar sua execução, sem qualquer julgamento de mérito. Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF.



UFGD abre processo seletivo para Licenciatura Indígena

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 26.01.2015

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) abriu hoje as inscrições para o Processo Seletivo da Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu. Ao todo, são disponibilizadas 70 vagas para indígenas das etnias Guarani ou Kaiowá, portadores de Certificado de Conclusão do Ensino Médio ou documento equivalente.

Inscrições

A inscrição é gratuita e pode ser feita até o dia 25 de fevereiro. Os documentos devem ser entregues nos locais que constam no edital de abertura e a ficha de inscrição pode ser retirada em um desses locais ou acessada via internet, pelo link:

<http://cs.ufgd.edu.br/vestibular/pslin2015>

Os documentos necessários para inscrição são:

- a) fotocópia do CPF;
- b) ficha de inscrição preenchida e assinada concordando com os termos do edital;
- c) documento de identificação;
- d) documento que ateste a etnia à qual pertence (no edital há uma declaração como anexo, mas outros documentos que atestem a etnia serão aceitos).

O edital completo deve ser atentamente lido por todos os candidatos. Nele constam os endereços dos locais de inscrição, cronograma, conteúdo das provas e todos os detalhes que regem o processo seletivo. Para acessar o edital, clique em:

<http://200.129.209.183/arquivos/editais/78/FAIND/Edital de Abertura PSLIN 2015%202.pdf>

As provas acontecem nos dias 14 e 15 de março, nas cidades de Dourados ou Amambai.

Pedagogia de alternância

O curso de Licenciatura Intercultural Indígena – Teko Arandu tem como objetivo formar professores que atuem de forma diferenciada na educação escolar indígena, valorizando, ao mesmo tempo, o conhecimento acadêmico e o tradicional, aquele herdado da própria cultura guarani-kaiowá, transmitido pelas lideranças dentro das comunidades.

A duração mínima da graduação é de quatro anos e meio e sua metodologia é baseada na pedagogia de alternância. Ou seja, os acadêmicos têm aulas na UFGD, durante o Tempo Universidade, e em sua própria aldeia, durante o Tempo Comunidade. Durante todo curso, os estudantes desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

O profissional sai da Universidade habilitado em uma das áreas oferecidas pelo curso, que são Ciências Sociais, Linguagens, Matemática e Ciências da Natureza, todas elas associadas à Interculturalidade.

Por: UFGD.



Boletim de Notícias - Edição nº 14/ 2015

Brasília, 26 de janeiro de 2015.

Crise hídrica sob o ponto de vista da cultura e da educação indígena

SÍTIO PORTAL EBC, 26.01.2015

"Nosso país tem falta d'água há tempos. A diferença é que agora, ela afeta o homem da cidade", diz o indígena Anapuáka Tupinambá

O Bate-Papo Ponto Com desta segunda-feira (26) discutiu a escassez de água sob o ponto de vista da cultura e educação dos índios. O articulador indígena, Anapuáka Muniz Tupinambá, participou do programa e explicou o significado da água para os povos tradicionais.

Para começo de conversa, Anapuáka, que também é um dos fundadores da [Rádio Yandê](#) esclareceu que diferente das provocações feitas, os índios não fazem dança da chuva. "Isso é ofensivo aos povos indígenas. Ouço desde que sou criança. Da mesma forma que os povos indígenas tomam conta de suas nascentes, essa dança existe para agradecimento. Gostaríamos, sim, que nós tivéssemos esse controle da chuva", destacou.



No estúdio da MEC AM, o indígena Anapuáka Muniz Tupinambá, à esquerda, e o apresentador Cadu Freitas
Divulgação

O indígena fez um paralelo com a história da água e atual situação dos rios e também ressaltou a importância da água para todos os seres e os rituais feitos com esse recurso. "O sagrado não é só para o indígena, pois outras culturas também se utilizam desta prática, seja para o batismo, seja para ritos em cachoeiras", exemplifica. Sobre a situação atual dos recursos hídricos, o indígena ressaltou o desperdício no consumo. "Nós indígenas também degradamos o meio ambiente. Mas como somos povos nômades, mudamos muito para não desgastar a fonte e o solo".

[Escute o áudio.](#)

Produtora Simone Magalhães.

Indígena fica em 1º lugar em dois vestibulares para Medicina

SÍTIO JORNAL DIA DIA, 26.01.2015



Dara Ramires Lemes
(Foto: Divulgação)

A jovem indígena da aldeia Tey'kuê, em Caarapó (MS), Dara Ramires Lemes, 19 anos, estudante da Escola Estadual Indígena Yvy Poty, passou, neste mês, em primeiro lugar em dois vestibulares para Medicina. Ela foi aprovada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul, e na Universidade Federal de São Carlos (Ufscar), no interior de São Paulo. "Estou muito feliz, pois estudei de oito a dez horas por dia, durante um ano, para conquistar isso. Minha ficha ainda não caiu, mas acredito que só vai cair quando eu estiver lá na universidade", conta a jovem.

No Enem, Dara alcançou 760 pontos na redação. "Desde criança estudei na escola indígena, sempre fui esforçada e os professores nunca me negaram ajuda. Sempre que tinha dúvidas eles me ajudavam e hoje eu devo o resultado dos vestibulares a eles também, pois se não fosse a disponibilidade e paciência deles talvez eu não teria ficado em primeiro lugar", disse.

Dara já decidiu cursar Medicina na Ufscar e diz que seu maior objetivo é terminar o curso e voltar para Caarapó e ajudar sua comunidade. Ela explica que há necessidade de médicos que falam a língua Guaraní dentro da aldeia. "Nós indígenas temos uma dificuldade muito grande de se comunicar com o branco (sic)", explica. Ainda segundo a jovem, com sua presença na aldeia, como médica, ela poderá ajudar mais os índios, pois entenderá claramente qual doença está afligindo-os, além disso ela terá uma facilidade maior de comunicação com eles, pois ela já fala a língua e sua família é de lá.

Por: Correio do Estado.